

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO
SECRETARIA DE TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E EMPREENDEDORISMO – STQE
SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Não deixe de preencher as informações a seguir:

<i>Prédio</i>			<i>Sala</i>
<i>Nome</i>			
<i>Nº de Identidade</i>	<i>Órgão Expedidor</i>	<i>UF</i>	<i>Nº de Inscrição</i>

ADVOGADO

ATENÇÃO

- *Abra este Caderno, quando o Fiscal de Sala autorizar o início da Prova.*
- *Observe se o Caderno está completo. Ele deverá conter 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas cada, abrangendo 10 (dez) de questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa e 30 (trinta) de Conhecimentos Específicos.*
- *Se o Caderno estiver incompleto ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe, imediatamente, ao Fiscal.*
- *Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o Número do seu Documento de Identidade, a Unidade da Federação e o Número de Inscrição.*
- *Para registrar as alternativas escolhidas nas questões objetivas de múltipla escolha, você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Verifique se o Número de Inscrição impresso no Cartão coincide com o seu Número de Inscrição.*
- *As bolhas constantes do Cartão-Resposta devem ser preenchidas totalmente, com caneta esferográfica azul ou preta.*
- *Preenchido o Cartão-Resposta, entregue-o ao Fiscal e deixe a sala em silêncio.*

TEXTO 1 para as questões de 01 a 08

Os 20 maiores empreendedores do Brasil

Os homens que construíram o capitalismo brasileiro neste século

Quem são os maiores empreendedores brasileiros deste século? A EXAME fez essas perguntas a dezenas de representantes do mundo corporativo ao longo das últimas semanas. Foram ouvidos presidentes de empresas, consultores, economistas, professores universitários, headhunters, sociólogos. Toda a redação também se envolveu nas discussões sobre a lista. Ao final, sobraram 20 nomes.

O resultado vai muito além de histórias pessoais e isoladas, construídas com base em trabalho, perseverança e inovação. O que se tem é o retrato das extraordinárias mudanças pelas quais o Brasil passou no decorrer dos últimos 100 anos. Nada - ou quase nada - sobrou do país de Francesco Matarazzo, o personagem que abre a série dos 20 empreendedores nacionais.

O Brasil de empreendedores, como Jorge Paulo Lemann, Jorge Gerdau e Abílio Diniz, é outro. É o país que, cada vez mais, tenta se movimentar de acordo com a lógica do mundo globalizado. Três banqueiros aparecem na lista: Amador Aguiar, do Bradesco; Olavo Setubal, do Itaú e Walther Moreira Salles, do Unibanco. Há também três representantes da mídia: Assis Chateaubriand, o polêmico criador dos Diários Associados e pioneiro da televisão no país; Victor Civita, o fundador da Editora Abril, que edita a EXAME e Roberto Marinho, das Organizações Globo. Sebastião Camargo, da Camargo Corrêa, e Norberto Odebrecht, da Odebrecht, aparecem como os grandes empreiteiros brasileiros.

Disponível em: www.exameabril.com.br. Adaptado.

01. Utilizando-se do trecho: "É o país que, cada vez mais, tenta se movimentar de acordo com a lógica do mundo globalizado", o autor demonstra ao leitor que

- A) esse país tem desejos de evoluir, se bem que, na esfera cultural, limite certas produções intelectuais.
- B) países nem sempre se interessam pelo progresso do seu povo, da sua região.
- C) valorizando a globalização, o Brasil busca sempre avançar respaldando-se nela.
- D) o país que age com lógica sempre promove significativos avanços.
- E) esse país, na contramão da lógica da globalização, progride assustadoramente.

02. Observe o trecho a seguir:

"O resultado vai muito além de histórias pessoais e isoladas, construídas com base em trabalho, perseverança e inovação."

Interpretando-o, tem-se como CORRETO que

- A) a seleção dos maiores empreendedores não se deteve apenas em histórias pessoais e particularizadas.
- B) a perseverança foi item exclusivo para selecionar os maiores empreendedores.
- C) o descompromisso e a inabilidade foram critérios adotados nessa seleção.
- D) a criatividade não se afigurou como critério seletivo para os empreendedores.
- E) para selecionar os maiores empreendedores, saúde, idade e disposição para o trabalho foram considerados os critérios mais rigorosos.

03. Em uma das alternativas abaixo, existe uma mensagem que NÃO está declarada no Texto 1. Assinale-a.

- A) O Brasil busca sempre acompanhar o ritmo exigido pela globalização.
- B) Representantes da esfera educacional foram excluídos da seleção dos maiores empreendedores.
- C) Os funcionários da redação da Exame participaram do processo de seleção.
- D) O processo seletivo reflete as significativas mudanças vividas pelo Brasil nos últimos 100 anos.
- E) Do país de Matarazzo, atualmente quase nada resta.

04. Observando-se o trecho abaixo:

"Nada - ou quase nada - sobrou do país de Francesco Matarazzo, o personagem que abre a série dos 20 empreendedores nacionais."

Sobre a vírgula nele existente, é CORRETO afirmar que ela isola

- A) termos invocativos.
- B) elementos que possuem a mesma função sintática.
- C) orações coordenadas assindéticas.
- D) o termo que explica o seu antecedente.
- E) a oração subordinada da principal.

05. Sobre CONCORDÂNCIA, analise os itens abaixo:

- I. "O resultado vai muito além de histórias pessoais e isoladas, construídas com base em trabalho, perseverança e inovação." - se ao termo "histórias" fosse acrescentado "relatos", estaria correto o trecho: O resultado vai muito além de histórias e relatos pessoais e isolados, construídos com base...
- II. "Foram ouvidos presidentes de empresas, consultores, economistas..." - se os termos sublinhados fossem substituídos por "empregadas domésticas", "trabalhadores rurais" e "patrões", obedecendo a essa ordem, o termo "ouvidos" poderia manter a mesma grafia ou concordar com o mais próximo, "empregadas domésticas".
- III. "O que se tem é o retrato das extraordinárias mudanças pelas quais o Brasil passou." - se ao termo "mudanças" fosse acrescentado "progressos", estaria correto o trecho: O que se tem é o retrato dos extraordinários mudanças e progressos pelas quais o Brasil passou.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- A) I e II. B) II e III. C) I e III. D) II. E) I, II e III.

06. Assinale a alternativa que apresenta a justificativa CORRETA para o acento do termo sublinhado.

- A) "...consultores, economistas, professores universitários, headhunters, sociólogos." - acentua-se por ser paroxítono terminado em hiato.
- B) "Nada - ou quase nada - sobrou do país de Francesco Matarazzo..." - acentua-se o "i" átono do hiato.
- C) "Há também três representantes da mídia..." - acentua-se por ser oxítono terminada em EM.
- D) "...pelas quais o Brasil passou no decorrer dos últimos 100 anos." - acentua-se por ser paroxítono terminado em S.
- E) "...Olavo Setubal, do Itaú e Walther Moreira Salles..." - acentua-se o "u" átono do hiato.

07. Em todas as alternativas abaixo, o verbo exprime uma ação já realizada, EXCETO em uma. Assinale-a.

- A) "Toda a redação também se envolveu nas discussões sobre a lista."
- B) "O resultado vai muito além de histórias pessoais e isoladas..."
- C) "Nada - ou quase nada - sobrou do país de Francesco Matarazzo..."
- D) "extraordinárias mudanças pelas quais o Brasil passou no decorrer dos últimos 100 anos."
- E) "A EXAME fez essas perguntas a dezenas de representantes do mundo corporativo..."

08. Sobre REGÊNCIA VERBAL, observe os verbos sublinhados dos itens abaixo:

- I. "A EXAME fez essas perguntas a dezenas de representantes do mundo corporativo..." - o verbo exige um complemento regido de preposição e o outro sem ser regido de preposição.
- II. "Ao final, sobram 20 nomes." - o verbo exige complemento não regido de preposição.
- III. "...o personagem que abre a série dos 20 empreendedores nacionais." - o verbo exige dois complementos: um regido de preposição e o outro não.
- IV. "Três banqueiros aparecem na lista..." - o verbo não exige complemento.
- V. "Há também três representantes da mídia..." - o verbo exige complemento não regido de preposição.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- A) I, IV e V. B) I e II. C) III e V. D) II e V. E) I, II e IV.

TEXTO 2 para a questão 09



09. Sobre SINAIS DE PONTUAÇÃO, observe a charge acima e assinale a alternativa CORRETA.

- A) A exclamação após o termo "feia" indica um questionamento ao leitor.
- B) A vírgula após o termo "Europa" é facultativa.
- C) A vírgula existente após o termo "cá" poderia ser substituída por um ponto.

- D) A exclamação após o termo "empregos" poderia ser permutada por uma interrogação.
E) A vírgula após o termo "rapaz" isola o vocativo.

10. Observe o poema de Millôr Fernandes abaixo citado:

Poeminha sobre o Trabalho

*Chego sempre à hora certa,
contam comigo, não falho,
pois adoro o meu emprego:
o que detesto é o trabalho.*

Disponível em: www.citador.pt/poemas.

Percebe-se que todos os verbos desse poema estão conjugados no tempo presente. Caso se desejasse demonstrar ao leitor que as ações, apesar de se repetirem, já haviam acontecido, está CORRETO o que se indica na alternativa

- A) Chegarei sempre à hora certa; contavam comigo, não falhava, pois adoraria o meu emprego; o que detestava era o trabalho.
B) Chegava sempre à hora certa; contariam comigo, não falharia, pois adoro o meu emprego; o que detestava era o trabalho.
C) Cheguei sempre à hora certa; contaram comigo, não falhei, pois adorei o meu emprego; o que detesto é o trabalho.
D) Chegava sempre à hora certa; contavam comigo, não falhava, pois adorava o meu emprego; o que detestava era o trabalho.
E) Chegava sempre à hora certa; contavam comigo, não falharia, pois adoro o meu emprego; o que detestei foi o trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. A Constituição Federal assegura os seguintes direitos individuais e coletivos, EXCETO

- A) Segurança. B) Propriedade. C) Alimentação. D) Igualdade. E) Herança.

12. A Emenda Constitucional nº 72, de 2013 ampliou os direitos sociais dos trabalhadores domésticos. Assinale a alternativa cujo direito do trabalhador doméstico já dispõe de aplicação imediata.

- A) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
B) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
C) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda.
D) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
E) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais.

13. Sobre o Processo Legislativo previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
B) Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.
C) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
D) Se o Presidente da República considerar o projeto de Emenda Constitucional no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.
E) A Proposta de Emenda Constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

14. Sobre os Três Poderes previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
B) O Presidente da Câmara dos Deputados bem como o Presidente do Senado Federal, podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.
C) Sobre os precatórios devidos pela Fazenda Pública, os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
D) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
E) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

15. Sobre a Política Urbana prevista na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- B) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com justa indenização por meio de precatórios.
- C) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- D) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- E) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

16. Nos termos da Lei nº 8.666/93, se o Estado de Pernambuco decide anular procedimento licitatório antes da celebração do respectivo contrato, essa anulação

- A) não gera a obrigação de indenizar por parte da Administração Pública.
- B) é possível, desde que seja por interesse público e que a autoridade administrativa observe a conveniência e oportunidade.
- C) não depende de contraditório e ampla defesa.
- D) só é possível quando existe fato superveniente que a justifique.
- E) depende da provocação de quaisquer dos participantes ou de terceiros.

17. Sobre o Regime dos servidores públicos federais, disciplinado pela Lei 8112/90, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.
- B) A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.
- C) O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.
- D) O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente.
- E) A revisão do processo administrativo disciplinar poderá resultar no agravamento da penalidade.

18. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. NÃO é competência do Tribunal de Contas:

- A) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- B) Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- C) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- D) Julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- E) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

19. Com relação ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- B) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- C) A ação de desapropriação indireta prescreve em dez anos.
- D) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- E) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

20. Sobre a Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A responsabilidade civil do Estado e das concessionárias de serviço público prevista na Constituição Federal é objetiva, pouco importando discutir a licitude do ato para a configuração da responsabilidade. Basta que haja conduta, dano e nexo de causalidade.
- B) O ordenamento jurídico brasileiro adotou a teoria do risco administrativo a qual não admite excludentes de responsabilidade.
- C) A responsabilidade civil do Estado quando referente a atos lícitos praticados por agentes estatais dos quais haja decorrido dano indenizável incide sob a modalidade objetiva.
- D) A reparação do dano na responsabilidade objetiva abrange os danos morais.
- E) Na reparação do dano no âmbito da responsabilidade civil do Estado, os agentes das entidades particulares prestadoras de serviço público estão sujeitos à ação regressiva.

21. É dispensável a licitação

- A) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- B) na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.
- C) na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- D) na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.
- E) na contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água.

22. Sobre o Decreto-Lei nº 4.657/42, Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- B) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- C) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- D) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país, na data de sua publicação.
- E) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

23. Sobre os termos do Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Prescreve, em um ano, a pretensão do segurado contra o segurador, contando-se o prazo, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado.
- B) A interrupção da prescrição produzida contra o devedor principal não prejudica o fiador.
- C) Prescreve, em três anos, a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- D) Prescreve, em três anos, a pretensão de reparação civil.
- E) Prescreve, em cinco anos, a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

24. Sobre o contrato de fiança, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Pode-se estipular a fiança, ainda que sem consentimento do devedor ou contra a sua vontade.
- B) Não sendo limitada, a fiança compreenderá todos os acessórios da dívida principal, inclusive as despesas judiciais, desde a citação do fiador.
- C) As dívidas futuras não podem, em nenhuma hipótese, ser objeto de fiança.
- D) A fiança dar-se-á por escrito, e não admite interpretação extensiva.
- E) Quando o credor, sem justa causa, demorar a execução iniciada contra o devedor, poderá o fiador promover-lhe o andamento.

25. Sobre direito de propriedade previsto no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- B) Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

- C) Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- D) Poderá o possuidor requerer ao juiz seja declarada adquirida, mediante usucapião, a propriedade imóvel.
- E) Aquele que, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

26. Sobre a posse, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É de má-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- B) Adquire-se a posse desde o momento em que se torna possível o exercício, em nome próprio, de qualquer dos poderes inerentes à propriedade.
- C) Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.
- D) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.
- E) A posse pode ser adquirida por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.

27. Sobre a Lei Estadual nº 6.123/68, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A nomeação para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas de Pernambuco tem caráter vitalício.
- B) O prazo para tomar posse no cargo público poderá ser prorrogado, por justa causa, até 180 (cento e oitenta) dias, a requerimento do interessado.
- C) O exercício do cargo público terá início no prazo de trinta dias a contar da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração ou da data da posse, nos demais casos.
- D) A Lei Estadual nº 6.123/68 prevê a prorrogação da entrada em exercício do servidor empossado.
- E) A posse do servidor público verificar-se-á no prazo de 15 dias, a contar da data de publicidade do ato de provimento no órgão oficial.

28. Sobre a Lei Estadual nº 6.123/68, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Poderá ser promovido por merecimento o funcionário em exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal.
- B) A decisão administrativa de reintegração só poderá ser proferida em pedido de reconsideração, recurso ou revisão de processo.
- C) Reversão é o reingresso no serviço público do servidor aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria ou por interesse e requisição da Administração, respeitada a opção do servidor.
- D) É vedada a designação de servidor público revertido para o exercício de cargo em comissão.
- E) A transferência será feita no caso de readaptação do funcionário para cargo mais compatível com a sua capacidade física ou intelectual, atendida a conveniência do serviço.

29. Sobre os efeitos da sentença criminal no Direito do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Se o réu for absolvido na esfera penal, porque o fato não configura crime, mesmo assim será possível discutir a justa causa na Justiça do Trabalho.
- B) Se o réu for absolvido na esfera penal por não existir prova suficiente de autoria, mesmo assim será possível discutir a justa causa na Justiça do Trabalho.
- C) Poderá ser discutido o fato na Justiça do Trabalho, se o inquérito policial for arquivado ou for julgada extinta a punibilidade.
- D) Se o réu for absolvido na esfera penal por não existir prova suficiente do fato, não será mais possível discutir a justa causa na Justiça do Trabalho.
- E) Nos casos de absolvição por excludentes de ilicitude (legítima defesa, estado de necessidade, exercício regular do direito e estrito cumprimento do dever legal) e exclusão da culpabilidade, não existirá justa causa para a demissão do empregado.

30. “Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral”.

Esse tipo penal constitui o crime de

- A) Concussão.
- B) Coação no curso do processo.
- C) Fraude processual.
- D) Exercício arbitrário das próprias razões.
- E) Violência arbitrária.

31. “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho, ou a participar de parede ou paralisação de atividade econômica.”

Esse tipo penal constitui o crime de

- A) atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.
- B) paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem.
- C) atentado contra a liberdade de trabalho.
- D) paralisação de trabalho de interesse coletivo.
- E) frustração de direito assegurado por lei trabalhista.

32. Sobre a Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os juizados cíveis e criminais, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- B) Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.
- C) Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, não serão aplicáveis os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.
- D) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.
- E) Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acerca da composição dos danos civis acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

33. Sobre Código Processual Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes.
- B) O inquérito deverá terminar no prazo de 05 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nessa hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto mediante fiança ou sem ela.
- C) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- D) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- E) Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

34. Sobre Código Processual Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.
- B) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes.
- C) A queixa poderá ser dada por procurador com poderes especiais, devendo constar do instrumento do mandato o nome do querelante e a menção do fato criminoso, salvo quando tais esclarecimentos dependerem de diligências que devem ser previamente requeridas no juízo criminal.
- D) O prazo para o aditamento da queixa será de 3 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos, e, se este não se pronunciar dentro do tríduo, entender-se-á que não tem o que aditar, prosseguindo-se nos demais termos do processo.
- E) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou colateral em terceiro grau.

35. Sobre Código Processual Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.
- B) Quando o titular do direito à reparação do dano for pobre, a execução da sentença condenatória ou a ação civil será promovida, a seu requerimento, pelo Ministério Público.
- C) Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.
- D) Intentada a ação penal, o juiz da ação civil deverá suspender o curso desta, até o julgamento definitivo daquela.
- E) Não impedirão a propositura da ação civil o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação.

36. Sobre o Direito Processual Civil e o Posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação.
- B) Não cabe recurso especial contra acórdão proferido no julgamento de agravo de instrumento.
- C) Na execução por carta, os embargos do devedor serão decididos no juízo deprecante, salvo se versarem unicamente vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.
- D) Nas decisões por maioria, em reexame necessário, não se admitem embargos infringentes.
- E) A decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal não pode ser reexaminada no Juízo Estadual.

37. Sobre o Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O proprietário ou o possuidor indireto pode ser denunciado da lide quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada.
- B) É admissível o chamamento ao processo do devedor, na ação em que o fiador for réu.
- C) O assistente atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.
- D) A assistência não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos; casos em que, terminando o processo, cessa a intervenção do assistente.
- E) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.

38. Sobre o Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos cujo valor não exceda o décuplo do maior salário mínimo vigente no país, ao tempo em que foram celebrados.
- B) O perito e o assistente técnico só estarão obrigados a prestar os esclarecimentos, quando intimados 5 (cinco) dias antes da audiência.
- C) O juiz interrogará a testemunha sobre os fatos articulados, cabendo, primeiro, à parte contrária, e, depois, à parte que a arrolou, formular perguntas tendentes a esclarecer ou completar o depoimento.
- D) O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso. Os assistentes técnicos são de confiança da parte, não sujeitos a impedimento ou suspeição.
- E) O juiz poderá dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem sobre as questões de fato pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.

39. Sobre os recursos previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos.
- B) Na apelação, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso extraordinário e nos embargos de declaração, o prazo para interpor e para responder é de 15 (quinze) dias.
- C) A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de dez dias.
- D) Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o tribunal deve julgar desde logo a lide, se a causa estiver em condições de imediato julgamento.
- E) O juiz receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

40. Sobre os recursos previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.
- B) Quando manifestamente protelatórios os embargos, o juiz ou o tribunal, declarando que o são, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente de 1% (um por cento) sobre o valor da causa.
- C) Na reiteração de embargos protelatórios, a multa é elevada a até 10% (dez por cento), ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo.
- D) No recurso extraordinário, negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos.
- E) No recurso extraordinário, poderá ser reconhecida a repercussão geral quando o recurso impugnar decisão contrária à súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.